

CORTO CANA, AMARRO CANA, DOU TRÊS NÓS DE AMARRADIO: O QUE NOS CONTAM OS TRABALHADORES RURAIS PERNAMBUCANOS?

Beatriz de Miranda Brusantin,
doutoranda história social na UNICAMP
bbrusantin@yahoo.com.br

O projeto *Do corte da Cana à brincadeira popular: Histórias de luta e de lazer dos cortadores de cana brincantes dos folguedos da zona da mata norte de pernambucano* (prêmio Memória do Trabalho - CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, Ministério do Trabalho e Emprego e Petrobrás) entrevistou 11 homens que exercem ou exerceram sua profissão no setor canavieiro e/ou usineiro e atuam como brincantes ou donos de brinquedos na região da mata norte de Pernambuco. Entre estes trabalhadores também foram entrevistados alguns membros da diretoria de dois Sindicatos de trabalhadores rurais: da cidade de Nazaré da Mata e de Aliança. O objetivo principal do projeto foi registrar e catalogar as narrativas desses brincantes e sindicalistas a fim de encontrar aspectos sobre a identidade, as lutas, a arte, o trabalho da cana, enfim, sobre a vida desses sujeitos singulares por trazer em sua história as mãos calejadas da lida com a cana e a riqueza da cultura popular pernambucana.

O principal fio que liga estas pessoas é o trabalho na cana nos engenhos e/ou nas usinas da mata norte Pernambucana. Um passado social marcado pela presença de latifúndios, relação patrão-senhor, relação feitor- trabalhador, de boas e más condições, de comida e fome, de permanências e transformações. Ao mesmo tempo há também um passado cultural comum marcado por tradições festivas e ritualísticas há séculos existentes nesse universo. Vivências culturais, de forma intensa ou observadora, que também construíram elos de identidade. O Maracatu, a Ciranda, o Caboclinho, a Burra, o Mamulengo e o Cavalo Marinho fazem parte das memórias dos trabalhadores, no entanto cada um agencia sua apropriação de forma particular. Assim, nesta comunicação, pretendo discorrer justamente sobre esses caminhos de distanciamento e de aproximação entre trabalho (e aqui trabalho repleto de relações sócio-econômicas) e cultura construídos pelos sujeitos que dão vozes a essas histórias.

Quais são as conexões, entre trabalho da cana e o brinquedo, construídos por estes sujeitos? E de que forma criaram novos significados para o perfil social e cultural que estavam inseridos? Significados talvez inenarráveis por nós estranhos a esse mundo, ao

mesmo tempo, talvez ainda desestruturados em forma de narrativa na memória de cada um. No entanto, se os significados ainda são desestruturados conscientemente não podemos deduzir que não sejam experienciados cotidianamente. E talvez o ponto crucial esteja justamente aí, no não dito, não visto, mas vivido e revivido.

Severino Alexandre, José João, José Manuel, Severino França, Pedro Ramos, Severino Barbosa, José Lourenço, Genival Coutinho, José Pereira e outros vivem e exercem suas atividades enquanto trabalhadores, sindicalistas e “artistas” na região da zona da mata norte pernambucana nas cidades de Condado, Goiana, Aliança, Nazaré da Mata e na localidade de Chã de Camará. Historicamente, esta zona específica teve um cenário da produção de cana de açúcar, principalmente, em Engenhos Bangüês. Não ocorreu, por exemplo, a implantação dos chamados Engenhos Centrais ou de grandes quantidades de usinas no final do início do século XIX. Por longo tempo, até meados do século XX, o sistema de fábrica que existia era de condição técnica menos avançada, com relações de trabalho senhor- empregado, este com presença de livres e de escravos até a abolição. Vale ressaltar, portanto, que não apenas tecnicamente diferia a usina e um engenho bangüê, mas também todas as relações sociais, econômicas e culturais que estruturavam o novo sistema produtivo. O primeiro como uma empresa particular que não, necessariamente, possuía terras com plantação de cana, e o segundo, o engenho bangüê, como uma estrutura de fabricação de açúcar, mas tendo a terra e a cana como constituinte, a existência da moradia, quer do senhor e ou do trabalhador, a presença essencial do trabalho humano para a produção, entre outros elementos.

Entre os Engenhos Centrais e Usinas fundados até 1910 em Pernambuco, dos 71 listados por Peter Eisenberg (1977, p. 126-129) apenas 7 estavam localizados na Zona da Mata Norte, sendo que na Mata úmida Sul, com concentração em Escada e Ipojuca, existiam 42 fábricas desse porte. Vale ainda ressaltar que dentre as 7 fábricas da Mata Norte, nenhuma estava localizada nas comarcas de Nazareth ou Goiana. Sugerimos, portanto, que a Zona da Mata Norte, e mais, especificamente, a região destas duas comarcas, possuía um perfil de Engenhos Bangüês, que apesar da concorrência dos engenhos centrais e usinas, se manteve em funcionamento, provavelmente com dificuldades, durante a segunda metade do século XIX e até as primeiras décadas do XX.

Como coloca Andrade, é interessante salientar a capacidade de resistência do bangüê. Com menores capitais, técnicas mais atrasadas, baixa produtividade e pondo no comércio um produto de qualidade inferior, o bangüê resistiu como pode ao surto usineiro,

voltado que estava para o mercado consumidor regional. A reação do bangüê fez-se com tal energia que, apesar de sua fraqueza econômica e das vantagens conseguidas pelos usineiros perante as instituições governamentais, só no fim da década de 1951-60, veio praticamente a extinguir-se. Assim, o bangüê reagiu por mais de 70 anos à investida das usinas. Andrade cita alguns exemplos: “em 1914, 30 anos após o estabelecimento dos primeiros engenhos centrais em Pernambuco, só 490 engenhos, isto é, 17,5% dos bangüês do Estado estavam de “fogo morto”, dominados pelas 49 usinas existentes.” (ANDRADE, 1980, p. 98)

Por que essas informações são relevantes? A resposta vem com nossos entrevistados e com os processos de implantação das usinas e da saída dos moradores dos engenhos.

Para Maria Wanderley, as usinas representam um avanço em relação aos engenhos anteriores, e nelas a tecnologia empregada e os processos de produção já correspondem aos de uma grande indústria:

“A força de trabalho no setor industrial é constituída por trabalhadores assalariados. O caráter de mercadoria desta força de trabalho é indiscutível, uma vez que a usina realiza, neste setor, o processo que separa os produtores diretos da propriedade dos meios de produção” (WANDERLEY, 1978, p. 49)

Segundo a autora, a demanda de trabalhadores, em grande parte ex- escravos, que seria destinada ao trabalho nas usinas, tenta escapar à dominação do capital, pela imigração ou pela recusa à disciplina do trabalho. Assim, era freqüente a reclamação de usineiro sobre a carência de braços e sobre a “irresponsabilidade” dos trabalhadores, que segundo aqueles, habituados a uma vida miserável, limitavam-se a trabalhar dois ou três dias por semana, o suficiente para garantir sua sobrevivência. Para a Maria Wanderley, o processo de acumulação nas usinas se funda, assim, na apropriação da mais valia produzida por operários assalariados e, desta maneira, o capital se realiza enquanto relação social. Processo o qual, como me referi anteriormente, ocorreu de forma tardia na região da mata norte pernambucana.

Esta “emigração” dos trabalhadores dos engenhos e usinas, segundo Sigaud, em meados da década de 50 e, mais especificamente, após 1964, com a queda do Governo Goulart, os *moradores* começam a abandonar em massa os engenhos e os proprietários a recusar sistematicamente novos *moradores*. Fechado o acesso à *morada*, os *moradores* se dirigem para as cidades da região, não mais em caráter provisório, mas para lá se

instalarem definitivamente, o que vai se refletir no crescimento urbano espantoso na Zona da Mata. (SIGAUD, 1979, p. 33).

Entre os motivos de mudança deste sistema de *morada* foi a ameaça que os movimentos rurais, principalmente, das Ligas Camponesas trouxeram para os proprietários. A resposta destes foi a de se livrar da presença de *moradores*, quer fechando o acesso à *morada*, quer *conseguindo* que os moradores saíssem das propriedades. Se na fábrica o capitalista apenas necessita se preocupar com as horas que o operário efetivamente trabalha dentro de seus domínios e para realizar esse controle joga com os próprios mecanismos da produção, num engenho as coisas são mais complicadas.

“Se toda a vida do morador se passa dentro da propriedade, mas essa própria vida é controlada por um proprietário ao qual o morador se liga através de uma relação personalizada marcada pelo dom de um lado e a dívida por outro, a subordinação do morador é total mesmo naquelas esferas, como no trabalho para si na terra concedida e no âmbito doméstico, que escapam a um controle imediato do senhor ou de seus pressupostos.” (SIGAUD, 1979, p. 40).

Assim, no momento em que os moradores não mais vão disputar entre si os favores dos proprietários, mas se articular para reivindicar aumento de salário e melhores condições de trabalho, sua presença dentro do engenho se torna uma ameaça bastante real. Os moradores começam a reinterpretar os próprios elementos da vida do engenho. Transformam o barracão, de local onde se abasteciam, em local de aglutinação e discussão, os instrumentos de trabalho em armas de luta, e entre outros, o mais importantes, o companheiro, de homem de confiança do proprietário como deveriam ser todos os *moradores*, em homem de sua confiança investido na condição de delegado sindical. (SIGAUD, 1979, p. 40)

Esse processo de transformação de *morada*, em outras palavras, a perda da moradia pelos trabalhadores dentro das terras de engenhos e/usinas e a sua mudança para *a rua*, expressão usada para determinar a cidade ou distrito, segundo Sigaud, talvez não tenha sido algo interessante para os trabalhadores uma vez que mesmo considerando que a casa em que morava, a possibilidade que tinha de produzir, quer através da agricultura ou da criação, parte do que consumia o acesso à água, à lenha e ao crédito no barracão estivessem subordinados à relação com o proprietário e não fossem objeto de uma apropriação livre fundada na tradição, o fato é que, ao romper-se a relação de *morada*, as condições de existência do morador são alteradas e ele se transforma em mero vendedor de força de trabalho. (SIGAUD, 1979, p. 36)

Nesse sentido o governo de Miguel Arraes auxiliou muito na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais juntamente com a promulgação em 1963 do Estatuto do trabalhador rural e em 1964, do Estatuto da Terra. Com o regime ditatorial instalado em 1964, a saída dos moradores dos engenhos aumenta massivamente, justamente porque se inclui o fato político como determinante para a continuação do sistema de moradia. Neste momento, a atuação do Sindicato, limitada sempre pela legislação trabalhista e pelo controle do Estado, vai se dar no sentido de tentar manter os trabalhadores dentro dos engenhos, recorrendo para tanto aos dispositivos legais do Estatuto do Trabalhador Rural e do Estatuto da Terra. O pressuposto desta ação sindical, segundo Sigaud, visando assegurar a permanência dos trabalhadores no engenho, é de que morando dentro das propriedades o trabalhador vive em melhores condições do que na cidade, na medida em que tem uma casa assegurada e o acesso à água e à lenha do engenho. No mais, enquanto mora no engenho, o trabalhador ainda pode manter um pedaço de terra, e isso pode servir de suporte para uma luta na justiça no sentido de garantir uma concessão que como fim da moradia tende a se perder. A essência da reivindicação é, portanto, não no sentido de retomar o sistema de moradia, mas de tentar reverter o sentido de um processo cuja tendência seria a saída de todos os moradores dos engenhos. (SIGAUD, 1979, p. 42-43)

José Lourenço¹, presidente do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Aliança em 2006, disse que sempre morou nos engenhos: Terra Nova, depois Chã de Ouro, depois para Gameleira Grande e atualmente mora no sítio Chã de Esconso. Para ele ter ido para rua “foi a pior coisa”. A família toda de Lourenço é rural, “ninguém teve chance à escola”. Para ele antes do “velho” Miguel Arraes a vida era muito ruim. Conta José que na sua casa tinha 13 pessoas. No fim do dia de trabalho ele pegava um vale com o cabo e ia comprar alguma coisa no barracão para comer: “uma colher de café, um pacote de sardinha”. Já no domingo, como não tinha serviço, “todo mundo ficava com fome”. Nessas situações a solução era “chupar cana, arrancar macaxeira”. Lembra também que não tinha roupa para vestir todo mundo, esta acabava sendo feita de saco. Já “na saúde era tristeza, qualquer doença já dava para falecer”.

Para ele, hoje (2006) tudo é bem melhor: “o que tinha de bom é que “era tranquilo, dormia de porta aberta, tinha a casa de farinha, tinha as festas: maracatu, cocô, viola, ciranda, cavalo marinho”. Ele mesmo era cantador de viola. “ Hoje tem muito pouco, só tem cana. Hoje precisa muito do Estado, do governo”. Como presidente do sindicato faz

¹ Depoimento de José Lourenço da Silva, presidente Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aliança, concedido a Beatriz Brusantin. Aliança (PE), 17 /11/2006.

fiscalização todo dia para ver as condições de serviço. “Naquele tempo não tinha justiça nada, o cabra apanhava do patrão, morria e ninguém ficava sabendo”. Para ele “se não houvesse o sindicato, a Contag e a Fetape o trabalhador ia ser morto que nem muriçoca”. Sua história de luta foi observando as injustiças, como trabalhador ficava indignado com a pobreza, a caatinga, as condições de moradia e de trabalho. E hoje já fez muito pelo sindicato, conquistou o lugar, reformou o espaço, conseguiu carro para a fiscalização. Até 2003 trabalhava no campo, na Usina Mata Limpa, depois veio para o sindicato. Quando ele morava no engenho não se lembra da ação do sindicato. Hoje eles (o sindicato de Aliança) fazem reuniões nas sedes através das associações. Tem cerca de 800 associados. Antes quando tinha problema com o patrão no engenho, ele vinha no sindicato e não era atendido, mas pagava “certinho as mensalidades”. “Durante a ditadura militar foi o começo do fim. Pois o fim mesmo era ter que cortar a sardinha para 3 pessoas comerem. Segundo José Lourenço, “quantas e quantas vezes só tinha água para beber antes de trabalhar, daí era catar cará no mato para comer, caçar ninho de passarinho para comer os ovos”. Diz ele: “hoje (2006) a vida é bem melhor”. Porém, para ele é preciso urgentemente uma ação do governo federal para acabar com os agrotóxicos: “isso tá matando muito trabalhador”. Para Lourenço é necessário uma Lei para acabar com o uso dos agrotóxicos: “porque é assim, o trabalhador só vai ser fichado se trabalhar com o agrotóxico, daí ele desempregado, aceita”. “E mata tudo, contamina água, mata os animais, as crianças bebem a coisa toda contaminada. Não tem mais passarinho, não tem mais peixes nos riachos. E essa história começou com as máquinas que veio e substituiu os homens.”

Para Lourenço outra luta sindical é contra o “empeleteiro”, pois com a contratação deste, “o trabalhador não é fichado ficando sem os direitos”. Lourenço já trabalhou muito com “empeleteiro”, diz ele: “era dureza, cada dia era um lugar de trabalho. Hoje tem até “empeleteiro” fichado, que se chama firma. O feitor também era dor de cabeça. Esse tem dois nomes: cabo ou supervisor”. Atualmente, o presidente do sindicato de Aliança conta que “vive fiscalizando as medições do supervisor”.

Entre outros problemas, Lourenço destaca que hoje em dia há muita violência nos engenhos ocorrendo muitos assaltos e assassinatos:

“A vida mudou muito no campo. Mas patrão é patrão sempre. Patrão não gosta de trabalhador, gosta do trabalho. E para o trabalhador o castigo era o próprio trabalho. Tinha que trabalhar que nem bicho. Só depois daquela Revolução de 64 é que o trabalhador começou ter algum direito. Agora, as festas o patrão deixava. Tinha que avisar e pedir a ordem, daí deixava. Mas também não tinha mais nada mesmo. E para conseguir tem que negociar. Nada de violência.” (depoimento de José

Lourenço da Silva, presidente Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aliança, concedido a Beatriz Brusantin. Aliança – PE,)

Os relatos de José Lourenço revelam uma trajetória de vida representativa da análise feita pela autora Sigaud. Salve a informação de que José Lourenço acredita que atualmente sua vida é melhor e ressaltar que mesmo quando morava nos engenhos, ali passava fome e não havia justiça, ainda sim afirmou: ir pra rua foi a pior coisa. O fato, no entanto, é que José Lourenço percebe sua vida de forma positiva, isto é, ela melhorou, e como mesmo conta, a ditadura foi o começo do fim, pois o fim mesmo era dividir a sardinha para 3 pessoas. E nesse processo positivo do decorrer da vida, a ação sindical, a luta a justiça fizeram parte dessas conquistas para o melhor. José Lourenço sendo historicamente trabalhador rural e atualmente como presidente do sindicato, facilmente, aponta os principais problemas que envolvem o universo da cana. Primeiro o agrotóxico que além de um problema de saúde, se apóia em um sistema sócio-econômico de dependência e miséria. Para José Lourenço, outra luta que precisa ser travada, é contra o “empeleteiro”, o feitor, o cabo e o supervisor. Uma briga necessária para a efetivação do direito do trabalhador rural a fim de conseguir melhores condições de trabalho e de vida.

Nas falas de José Lourenço, um homem que passou dificuldades no passado, mas que buscou melhorias através da justiça, através da ação sindical, as lembranças do que passou não lhe parecem saudosistas. Mesmo vivendo atualmente sob ameaças de morte por causa da sua ação contra as injustiças empregadas pelas usinas da região, ele ainda considera hoje (2006) sua vida melhor. Certamente um aspecto óbvio para esse sentimento seria o fato de que ele e sua família sofreram muito com a falta de necessidades básicas para a sobrevivência, no entanto, percebemos que existe algo a mais que lhe faz sentir mais confiante e positivo com relação a história de sua vida. Este “algo mais” aponto como sendo as conquistas através da ação sindical, que mesmo tendo também um histórico de problemas, foi um espaço social que ele encontrou para fazer o embate contra as injustiças das classes dos proprietários e também contra as injustiças advindas dos setores sociais formados por seus mediadores: “empeleteiro”, feitores, cabos e etc. E é justamente neste último aspecto que podemos constatar um antagonismo intrínseco na classe dos trabalhadores rurais.

Entre os estudiosos que analisam as festas na região da mata norte pernambucana, Maria Acseral aposta que a dissolução da relação de *morada* trouxe implicações

extremamente negativas para a manifestação cultural do Cavalo-Marinho. Segundo a autora,

“(...) acreditar que houve uma conquista de liberdade com a saída dos trabalhadores rurais para as “ruas”, infelizmente, é uma interpretação deste processo de mudança nas relações sociais no mínimo ingênua, ou mesmo perversa. Se no passado predominava uma relação de trabalho baseada na dominação e na negligência de direitos elementares, como o descanso e o salário, hoje a instabilidade profissional, a baixa remuneração e a ausência de cuidados assistenciais são consideradas mais nocivas ainda para a sobrevivência de famílias inteiras e de suas práticas festivas.” (ACSERALD, 2002, p.18)

Para a autora, atualmente, assim como os próprios trabalhadores rurais, as brincadeiras têm que disputar um espaço e um público extremamente concorrido. O pagamento cada vez menos expressivo por um Cavalo-Marinho e a disputa pela atenção do público e até pelos próprios brincadores são alguns sinais que ilustram o agravamento do processo de proletarização da massa de trabalhadores rurais da Zona da Mata Norte, resultante das transformações de ordem econômica desencadeadas pela emergência das usinas, da valorização do açúcar no mercado internacional e da ampliação do mercado interno.

Em seu trabalho Maria Acserald ressalta o depoimento de alguns brincantes de Cavalo Marinho, os quais claramente expõem seu saudosismo ao passado vivido nos engenhos. Como contou Biu Roque:

“de premero, pra se trabalhar era muito bom. Naquele tempo a gente amarrava cachorro com lingüiça porque tinha de sobra. A essa hora assim a gente tava tudo no assentamento do engenho, bebendo caldo, lambendo mel, comendo açúcar bruto. Era tudo dentro do engenho. Depois, a inflação foi aumentando. Aí cortava cana, tomava cana e fazia empréstimo. Quando era no fim da safra, a usina tomava conta de tudo, quando ia ver o dinheiro não dava pra pagar as despesa do povo. Senhor de engenho não agüentava e vendia às usina. Até que as usina tomou conta de tudo. Foram acabando com os sítio. Eles vieram plantando cana, plantando, plantando e me espremendo. Aqui, só sobrou eu. Por causa dos direito. A usina tá em falência, não tem dinheiro pra fazer acordo, quando for me diz. Tô morando aqui porque não tem solução”. (Depoimento de Biu Roque, colhido por Maria Acserald – 2002, p. 15 - 16)

As memórias de Biu Roque, toadeiro da brincadeira de Cavalo Marinho de Chão de Esconso, já trazem outro cenário para o passado vivido nos engenhos da mata norte. Na verdade, nos trazem outra visão presente do passado vivido. O saudosismo está claro e a visão negativa das transformações também. Comparando com as falas de José Lourenço, constatamos que, talvez, os dois tivessem vivido em situações diferentes nos engenhos, um

com um passado mais farto, outro não. De qualquer modo, ambos, Biu Roque e José Lourenço nos contam que sair dos engenhos foi algo ruim. O fato, no entanto, é que se um encontrou avanços positivos para sua classe através da ação sindical, o outro, diz que a vida atual persiste por não haver soluções. Assim, o mais interessante é perceber como, no presente, cada um se apropria e vivencia as transformações sócio-econômicas no sistema canavieiro de forma diferente, e também interagem diferentemente com as manifestações festivas da região. Como coloca Maria Acserald, a saída dos moradores dos engenhos além de acelerar a proletarização dos trabalhadores e prejudicou a brincadeira do Cavalo Marinho. José Lourenço também pontua em sua fala que o único aspecto bom na vida nos engenhos era a tranquilidade, o acontecimento de muitas festas (ele até tocava viola) e quase inexistência da violência. Por outro lado, para ele era só isso que os trabalhadores tinham de bom e que era possível negociar com o patrão.

Infelizmente, não possuo mais detalhes da vida de Biu Roque enquanto trabalhador rural, apenas, podemos constatar que atualmente (2010) ele vive da arte de cantar e tocar toadas dos folguedos da região. É um grande artista, e desse modo, economicamente sobrevive. Portanto, voltemos para os nossos entrevistados, e verifiquemos algumas questões que nos permita refletir sobre a possível hipótese de que brincadores dos folguedos são mais saudosistas do que sindicalistas, e se assim for, como se relacionam com o trabalho e suas relações sociais intrínsecas.

O ponto principal que neste artigo gostaria de destacar, é a constatação de que entre os entrevistados que são brincantes dos folguedos, encontrei algo de interessante e comum entre os mestres e donos dos brinquedos da região: a maioria ocupou a função de “empeleteiro” (empreiteiro), feitor ou cabo no seu histórico enquanto trabalhador rural. Não só o registro do fato em si é interessante, mas também a valorização da função social na narrativa dos próprios sujeitos e nas falas dos filhos destes ou de pessoas próximas. Assim, seja na memória do dono ou mestre, ou na memória de seus filhos ou conhecidos, o perfil sócio-econômico de ser “empeleteiro” (empreiteiro), feitor ou cabo teve espaço garantido e, portanto, possivelmente, construiu significados de identidades ou conflitos.

Como coloca Sigaud, o processo de quebra das relações tradicionais de morada, levou a uma expropriação sobre a reprodução da força de trabalho. Apesar disso, no entanto, autora verificou que a reprodução da força de trabalho estava sendo assegurada pela venda continuada dessa força de trabalho aos mesmos proprietários aos quais os trabalhadores estavam ligados anteriormente enquanto moradores. A relação, no entanto,

entre este trabalhador morador da cidade e o proprietário se dava através da existência de um empreiteiro (ou empeleiteiro), os moradores, assim, só através destes conseguiam trabalhar. (SIGAUD, 1979, p. 14). De fato, José Lourenço expõe em seu relato o quanto era difícil trabalhar através do empreiteiro e como este setor social faz parte do embate travado pelos sindicalistas atrás de condições trabalhistas.

Logicamente aqui a proposta não é traçar uma estatística do perfil social dos mestres e donos dos folgedos da região da mata norte pernambucana. É, sobretudo, perceber como este fato é presente em vários casos e como esta função social é parte constituinte da memória de cada participante das manifestações culturais.

Pedro Gonçalves Ramos, dono do caboclinho Cahetes de Goiana (PE), conhecido como Pedro Alemão, nasceu em Goiana (PE), veio de família de 9 filhos, viveu 8 anos na Usina Matary em Itaquitinga (PE) onde seu pai era marceneiro. Sua mãe era dona de casa, mas pescava para alimentar a família. Quando ele tinha 8 anos começou a vender munguzá, depois cocada e nos dias de São João vendia fogos. Como seu pai ganhava pouco teve que começar a cortar cana. “E era difícil porque a cana não era queimada, daí tinha cobra e marimbondo”. Ele chegou para trabalhar no campo no momento da Revolução de 64. Conta ele que “era todo mundo escondendo a foice, e daí os delegados chegaram e fecharam os sindicatos”. Depois deste momento, passou a trabalhar de pedreiro na Chácara da Formiga. Quando terminou o tiro de guerra ele foi para Usina. Neste trabalho Pedro teve que negociar com o patrão, pois estudava e não podia ficar até 10 horas da noite, então conseguiu ficar até às 5 horas da tarde e trabalhava todo o fim de semana. De mestre de obra virou empeleiteiro e daí segundo ele foi quando ganhou dinheiro:

“comecei então a contratar ajudantes e pagava certinho, até mais. Praticamente construí a Usina toda. Era difícil o trabalho na Usina porque ganhava pouco, não era fichado, era contratado. Só ganhei mais porque empeleitava, daí ganhava, mas não era fichado. Tanto que vários empeleiteiros que saíam do trabalho reclamavam na Justiça, mas eu não, porque reclamar se ganhei dinheiro lá?” (Depoimento de Pedro Gonçalves Ramos concedido para Beatriz Brusantin. Goiana –PE, 13/11/2006)

Seu Biu Alexandre², como é chamado Severino Alexandre da Silva dono do Cavalo Marinho Estrela de Ouro de Condado (PE), nasceu no Engenho Paraguaçu, em Aliança (PE) onde viveu de 1943 a 1967. Segundo ele: “Lá era bom, pois o povo tinha muita liberdade. A maioria dos moradores tinham roçado: inhame, macaxeira”. Conta ele que seu

² Depoimento de Severino Alexandre da Silva concedido a Beatriz Brusantin. Condado (PE), 28/12/2006.

pai era feitor do engenho, para ele “um coordenador”. Seu Biu começou a trabalhar com 11 anos de idade na cana, “mas era preguiçoso, gostava, não”. Depois foi cambiteiro e carregou também com o carro de boi. No Engenho Aliança trabalhou como feitor. Foi para outro engenho porque ele arengou com o administrador que virou rendeiro. A briga aconteceu, pois ele tava trabalhando com um burro muito bravo e não dava pra trabalhar. Passava o dia empalhado. Assim, Biu falou: “Seu Aragão, ou troca o burro, ou paga por diária”. Mas os outros cambiteiros não quiseram trocar o burro. Por conta disso, em janeiro de 67, seu Biu pegou “suas rédeas” e foi embora para o Engenho São Bento, onde a mãe dos seus filhos morava. Lá trabalhou até 1976. Depois ele foi empeleteiro, nas suas palavras “chefe de turma”. Trabalhou de trator e depois de carregadeira. A história com o Cavalo Marinho veio com seu pai, Pedro Alexandre (Pedro de Quina), que era mestre lá em Paraguaçu. “Nessa época como ninguém era fichado não tinha que pedir para brincar em outros lugares. Hoje já é diferente”. Na época, ele, criança, queria brincar, mas o pai não deixava, daí com 13 anos ele fugiu foi para o Engenho Guarani e foi brincar no folgado do Mestre Duda Bilau. Dali por diante começou a mestrar o Cavalo Marinho, e já fazem 35 anos. Aprendeu muito com o Mestre Batista em Chã de Camará, mas como mestre diz: “eu não sei brincar Cavalo Marinho. Não é agente que se elogia, é o outro que diz que agente sabe”.

O filho de Mestre Biu Alexandre, Aguinaldo Roberto da Silva foi criado pelos avós paternos no Engenho Paraguassú em Aliança (PE). Segundo ele, tanto os avós paternos como maternos trabalharam na cana, ou como cortadores de cana ou como feitor, assim foi seu avó paterno, Pedro de Quina, pai de Biu Alexandre. Para Aguinaldo “morar no engenho era tranqüilo, silencioso, era bom demais. A comida faltava sim, era um pão dividido por três. Porém, os ladrões acabaram com tudo. E todo mundo foi morar na rua”. A mãe costurava, vendia tapioca e uns pasteizinhos para pagar a dívida da casa. Quando era menino ficava do lado querendo uma foice para cortar cana, mas era novo demais. O primeiro trabalho foi aos 10 anos com o avô de cocheiro. No campo foi com 12 anos, mapeando cana, “cobrindo com o empeleteiro mesmo”, até cortar cana. Na lavoura branca (inhame, macaxeira) foi depois com o pai. Assim Aguinaldo levou a vida, de dia trabalhando na roça e de noite como vigia. Nessa época ainda não era fichado:

“(…) mas daí um cabra conseguiu uma ficha no Engenho da Barra. E daí virei cortador de cana fichado. Lá era bom, patrão era bom, só na hora de sair que teve que falar com o sindicato. Sua foice tinha arrebitado, o patrão até que falou que ficava por sua conta, mas o feitor ficava de gracinha daí não teve jeito, pediu as contas. Depois fui para

Engenho Retiro, Usina Matary, Engenho Miranda, Usina Santa Tereza, Engenho Itabu. Neste aqui teve até uma greve braba por causa de salário. Mas fiquei de fora, pois sou contra a violência.” (Depoimento de Aguinaldo Roberto Silva concedido a Beatriz Brusantin. Condado (PE), 24/11/2006)

Aguinaldo apenas deixou a cana quando começou a surgir dinheiro com o Cavalo Marinho e o Maracatu Rural. A sua história com o folguedo do Cavalo Marinho começou com o avô paterno, Seu Pé de Quina (administrador ou feitor do Engenho) e depois com seu o pai, Biu Alexandre. No entanto, por muito tempo teve que negociar para brincar. Uma vez tava cortando cana no tabuleiro e teve que falar com o “doutor” (dono da Usina Matary):

“Sabe que é doutor, eu faço parte da cultura e tamo indo para São Paulo e o dono já veio me chamar. São oito dia. Já tinha falado com o feitor, com o administrador e não tinha adiantado. E daí na quarta feira fui falar com o doutor, o feitor não tinha deixado, mas fui assim mesmo pedir a licença para o doutor. Peguei carona com o motorista do caminhão que também brincava de maracatu e daí ele me levou até o prédio que o dono tava. Falei com a secretária que já tinha ordens para me liberar a título de férias.” (Depoimento de Aguinaldo Roberto Silva concedido a Beatriz Brusantin. Condado (PE), 24/11/2006)

Severino José França³, o conhecido Biu do Côco nasceu no Engenho Pendência no município de Aliança (PE). Toda família nasceu e morou neste engenho, ao todo são 13 irmãos. Os pais trabalhavam no roçado e na canavieira. Biu do Côco assinou a carteira com 16 anos, mas trabalhou desde criança: “ eu acordava bem cedo, tomava um cafésinho e saia atrás do meu pai. Antes o senhor de engenho não queria que as crianças trabalhassem, mas o dono da Usina Água Branca queria que os filhos da família trabalhassem”. Assim, Biu trabalhou 11 anos na cana e não gostou porque, segundo ele, o dinheiro era pouco e eram muito “xingados”. O esquema era sair cedo de casa, pegar na cana e trabalhar e trabalhar. “Em cada quadra tinha feitor em cima, e eu não ganhava nada”. O pai dele, por exemplo, morreu com mais de 70 anos dentro do engenho e não teve uma casa pra morar. Daí Severino se cansou dessa vida e foi para Recife trabalhar de servente de pedreiro e depois foi morar no sítio do Mestre Batista em Chã de Camará, Aliança (PE). Como ele estava sem trabalho um camarada dele chamou pra fazer uma caravana de Maracatu, de Côco e Ciranda. Com isso ele voltou e começou a fazer as brincadeiras no sítio cujo dono era o

³ Depoimento de Severino José França (Biu do Côco) concedido a Beatriz Brusantin. Aliança (PE), 17/11/2006.

mestre Batista do Maracatu Estrela de Ouro e do Cavalo Marinho. Conta Biu do Côco que Batista trabalhava na usina como cabo, “tomava conta da turma”.

Mestre Batista, que ensinou muito para o Mestre Biu Alexandre, também foi cabo ou empreiteiro. Em 2006 quando realizei esta pesquisa Batista já havia falecido, mas o pesquisador John Murphy em seus estudos sobre o Cavalo Marinho pernambucano teve a oportunidade de entrevistá-lo. Em uma de suas conversas Murphy relata que José Lourenço da Silva, mestre Batista, botou roçado e trabalhou como cambiteiro e outros tipos de trabalho com a cana-de-açúcar. Quebrou clavícula carreando (trabalhando carro de boi) e acabou ganhando muita confiança dos patrões. Em seguida, passou por vários empregos, entre eles, vendedor de bananas. Em 1965, ganhou um processo judicial alcançando o direito de viver no sítio de Chã de Camará. Ele trabalhou como empreiteiro e na Usina Aliança tornou-se chefe da turma. (Relatos retirados do site de John Murphy: <http://web3.unt.edu/murphy/brazil>)

Mestre Batista foi referência para vários outros mestres e brincantes de Maracatu Rural, Cavalo Marinho, Ciranda e Côco da região de Aliança (PE). Hoje em seu sítio Chã de Camará existe um Ponto de Cultura com várias atividades artísticas durante o ano. Dentro da área do trabalho também exerceu funções de destaque e de menos subordinação. Ganhara a confiança dos patrões, foi chefe de turma, empreiteiro, aspectos reafirmados em suas narrativas e nas falas de pessoas próximas a ele. O mesmo se dá com Mestre Biu Alexandre, dono do Cavalo Marinho de Condado (PE). Neste caso, a função de feitor, cabo ou empreiteiro é lembrada por gerações. O filho, Aguinaldo, rememora nas suas falas a função do avô e do pai, Biu Alexandre. Este valoriza em sua narrativa sua experiência como feitor e relembra a mesma função de seu pai, Pedro de Quina, pessoa também de referência sobre o folguedo do Cavalo Marinho. Seu Pedro Alemão, dono do Caboclinho Cahetes foi empeleteiro e também se tornou referência na cidade de Goiana (PE). Genival Rufino da Silva⁴, brincante da Burra Reboladeira, por exemplo, foi ajudante dentro da Usina Santa Tereza e segundo ele, entrou lá por causa do Pedro Alemão mestre do Caboclinho Cahetes. Conta ele que “lá seu Pedro, que era empeleteiro, ensinou a arte do ofício”.

Ao mesmo tempo, nas falas de Biu Alexandre e Pedro Alemão que foram feitores e empreiteiros os embates e negociações com os proprietários, rendeiros ou usineiros existiram e foram necessários para eles melhorarem suas condições de vida e de trabalho.

⁴ Depoimento de Genival Rufino da Silva concedido a Beatriz Brusantin. Goiana (PE), 8/11/2006.

Por outro lado, Aguinaldo Silva e Biu do Côco que não ocuparam a função de feitor ou empreiteiro destacaram embates claros com as pessoas que ocupavam essas funções em seus cotidianos de trabalho. Ambos, no entanto, trazem em suas narrativas contradições: de um lado reviveram valorizando a função social de empreiteiro ou feitor das pessoas próximas a eles, e de outro lado, quando descreveram suas atividades de trabalho se remetem aos feitores e empreiteiros de forma negativa. A meu ver, como se existissem duas construções individuais: uma com relação às pessoas que realizam o folguedo e outro com relação ao mundo do trabalho, no entanto, esses mundos fazem parte de um todo: o próprio sujeito.

Observamos que em todos os casos citados, os mestres, indivíduos de referência na arte de brincar os folguedos da região ao narrar suas histórias, ou os outros ao falarem deles, destacaram suas funções de trabalho como empreiteiro ou feitor ao mesmo tempo, que valorizaram também a função cultural desses sujeitos dentro das manifestações. Sugiro, desse modo, que a memória coletiva então construída em torno dessas “pessoas referências” constitui-se por significados adotados em torno da função da pessoa dentro das manifestações culturais e em torno da pessoa dentro do sistema de trabalho. Ambos os elementos individuais, isto é, culturais e sociais, colaboraram para a solidificação de uma identidade entre os brincantes dos folguedos. São elementos que criam nexos de pertencimento através da valorização. Os mestres ao contarem suas histórias acreditavam que pontuar sua função como feitor (“coordenador”) ou empreiteiro, valorizaria sua pessoa diante daquela situação de entrevistado e talvez intensificasse a sua outra função: como mestre de Cavalo Marinho, Maracatu ou outros folguedos. Assim, constituiu-se não só a imagem de si para o outro, mas a imagem do outro (no caso dos filhos e netos que destacavam as funções dos pais e avós ou dos conhecidos) para a construção de si.

E a narrativa construída em torno da figura do patrão? No folguedo do Cavalo Marinho, as relações entre patrão e empregado são claramente encenadas entre a figura do Capitão Marinho com os negros Mateus e Bastião. Para John Murphy a manifestação do Cavalo Marinho servia como uma janela da visão moral de seus participantes, onde há espaço para a punição de “maus” patrões e empregados e o reconhecimento dos “bons”. Citando Batista, ressaltou que este determinou enfaticamente: “anote isso e leve anotado, e bota no cabeçalho do livro: é mais com respeito do que com crítica”(MURPHY, 2008, p. 132). Segundo o autor, “os participantes do cavalo marinho tratam o respeito devido do capitão como natural e justo, e a punição dos trabalhadores irresponsáveis e rebeldes como

merecida” (MURPHY, 2008, p. 133). Nessa lógica ele acredita que a crítica feita é dirigida ao “mau patrão” e não ao “bom patrão”. Assim, citando James Scott, mas em minha opinião, invertendo seu conceito essencial, Murphy acredita que os trabalhadores da cana através do cavalo marinho recriem uma estrutura de um universo comum compartilhado, uma noção comum do que é justo. Para este autor:

“Na visão moral articulada através do cavalo marinho os padrões são razoáveis. Em lugar de “um mundo de pernas para o ar” carnavalesco onde servidores mandam em padrões, a vida do engenho no cavalo marinho é voltada a evocar uma vida de engenho ideal – apenas com mais música e dança.”(MURPHY, 2008, p. 133)

Apesar de Murphy apontar a hierarquia existente dentro da brincadeira e, mesmo assim, evocar a manifestação como um compartilhamento comum de uma visão moral dos padrões razoáveis, acredito que essas conclusões, embora interessantes, pecam quando não interagem os aspectos culturais e sociais desse universo. Em outras palavras, ao verificar que mestre Batista, grande interlocutor das conclusões de Murphy, exerceu a função de empreiteiro, isso pode ter influenciado na noção do que de fato significa a manifestação do cavalo marinho para todos os brincantes. No mais, o fato de que entre mestres e donos de brinquedos da região da mata norte existiram muitos feitores e empreiteiros, e que mais ainda, esse fato é valorizado nas falas de parentes e próximos, nos mostra outros aspectos sócio-culturais comuns e compartilhados entre esses sujeitos.

A manifestação cultural não é um hiato do real. Ela está inserida dentro do cotidiano de seus participantes. Se na cena, mestres e capitães mostram o que gostariam de apresentar sobre as relações entre padrões e empregados, e em suas narrativas pessoais, expressam que em cena criticam os maus padrões, talvez seja porque na vida, como feitores e empreiteiros, suas relações patrão-empregado, não sejam tão antagônicas e apenas de embates. Em outras palavras, na ausência do senhor, feitor mandava; na conjuntura econômica usineira, quem contratava o trabalhador era o empreiteiro. Portanto, John Murphy ao construir suas conclusões ele não está levando em consideração as narrativas de trabalhadores rurais comuns, e sim ressaltou apenas a visão de pessoas que foram no mínimo mediadores das injustas relações patronais e participantes dos brinquedos. Se como o próprio autor pontua há na brincadeira claras hierarquias, há na vida real também, hierarquias e relações sociais autoritárias que fogem a forma bipolar: senhor-escravo e patrão-empregado. Talvez mais do que nós acadêmicos explicarmos o outro, talvez eles mesmos nos digam tudo. Assim, citando novamente o depoimento de José Lourenço do sindicato de Aliança, com relação às festas, José Lourenço narra como acontecimentos

bons do passado vivido nos engenhos. Ele mesmo era tocador de viola. Porém, em sua fala as ocorrências das festas, as quais eram permitidas pelo patrão desde que avisadas e negociadas, não são encaradas como conquistas e, ao mesmo tempo, nem como bondade do patrão, afinal “não tinha mais nada mesmo”. Claramente para ele “patrão é patrão sempre. Patrão não gosta de trabalhador, gosta do trabalho. E para o trabalhador o castigo era o próprio trabalho”. Patrão é patrão em qualquer espaço e lugar: só quer saber de trabalho, ainda que permitisse sob aviso prévio e negociação a realização das festas.

O que está em jogo aqui são as identidades construídas em torno do trabalhador brincante que em certos momentos precisou do sindicato e do trabalhador que teve parte ativa nas lutas sindicais e gostava das festas. A conclusão não é a simples idéia de que os participantes dos brinquedos são menos conscientes politicamente e socialmente que os sindicalistas. Os embates e negociações (fosse com proprietário, rendeiro ou feitor) também ocorreram nas trajetórias de vida dos brincantes. As reflexões cruciais aqui são como os participantes dos folguedos optaram por construir suas identidades, quais foram suas referências sociais, como se apropriaram das divisões sociais advindas do mundo do trabalho de forma consciente e seletiva e como, através dessas escolhas, formaram uma identidade do trabalhador rural peculiarmente pautada pelo cultural. De outro lado, a experiência sindical trouxe outras identidades, outras reflexões, talvez mais justas para os trabalhadores, mas ao mesmo tempo, distanciou-se culturalmente de um setor da comunidade da cana cujas pessoas representativas atuavam como mediadores entre patrão e empregados. Com vistas em todas essas informações, será que podemos concluir que as construções de identidade se fizeram apenas por meios culturais? Ou podemos dizer que na verdade também se construíram através de uma escolha consciente de querer pertencer a um grupo sócio-cultural determinado? Talvez aqui ainda não alcancemos respostas definitivas, porém, de um caminho temos certeza: muitas escolhas e afinidades conscientes foram feitas e isso possibilitou a construção de formas de identidades diferentes dentro da classe dos trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo, provocou distanciamentos, afinal a análise depende muito do olhar e do ângulo que percebemos esses trabalhadores da cana levantadores de bandeiras e artistas populares.

Bibliografia

ACSELRAD, M. Viva Pareia! A arte da brincadeira ou a beleza da safadeza - uma abordagem antropológica da estética do Cavalo Marinho. Dissertação em Antropologia pela UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do nordeste*. 4ª edição, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p. 98.

EISENBERG, P. *Modernização sem mudanças*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pp. 126-129.

MURPHY, John. Cavalo Marinho pernambucano. Trad. André Curiati de Paulo Bueno. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008.

SIGAUD, Lygia. Os clandestinos e os direitos, Estudo sobre Trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco, Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1979.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 49.